



Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 47

Pessoas com Deficiência e as Desigualdade Sociais no Brasil

Notas técnicas

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos

Rogério Boueri Miranda

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva

Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Diretoria de Informática

Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
Número 47

Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4542-4

© IBGE. 2022

Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Apresentação	4
Introdução	5
Fontes de informação utilizadas	6
Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem	11
Referências	13
Glossário	15

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com o lançamento desta publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta o seu primeiro estudo sobre as pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.

A principal fonte de informação utilizada é a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, realizada pelo IBGE. Outras estatísticas do Instituto, como as provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, além de registros de fontes externas, como os referentes às eleições municipais mais recentes, compilados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e os dados do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, contribuem, adicionalmente, para delinear um painel multifacetado da realidade social dessa população de estudo.

Busca-se, assim, desenvolver um estudo abrangente e que abarca dimensões relevantes para o bem-estar das pessoas com deficiência, fundamentado na avaliação das desigualdades de acesso a direitos, como ao trabalho e à educação, com detalhamentos por recortes regionais e subgrupos sociodemográficos. Tal estratégia visa mostrar aspectos das condições de vida no Brasil e também pontuar as desvantagens acumuladas que incidem em certos grupos populacionais. As informações analisadas servem para fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais, privados e associativos subsídios para o planejamento e as tomadas de decisão e, aos usuários em geral, indicadores variados sobre o tema.

O informativo *Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil*, objeto destas notas técnicas, apresenta os resultados do estudo com apelo visual mais acessível a públicos variados, sem, contudo, secundarizar o rigor que caracteriza a produção técnica institucional, oferecendo estatísticas detalhadas e desagregadas, compiladas em plano tabular também disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

Cimar Azeredo Pereira
Diretor de Pesquisas

Introdução

A investigação sobre pessoas com deficiência no Brasil teve início no Recenseamento Geral do Império, primeira operação censitária realizada no País, em 1872, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística, e seguiu contemplada em levantamentos posteriores. Houve, em décadas recentes, aprimoramentos metodológicos e mudança de paradigma, de uma abordagem estritamente médica, para um modelo biopsicossocial (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018).

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019, realizada pelo IBGE, é a principal fonte de informação explorada para as dimensões sociais examinadas neste estudo. Além da caracterização sociodemográfica das pessoas com deficiência, abordam-se algumas dimensões importantes para o seu bem-estar, fundamentadas em direitos: trabalho, educação, saúde, participação e gestão, rendimento e moradia. Para tal, são considerados, ainda, registros referentes às eleições municipais mais recentes compilados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE; dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; e estatísticas sobre as iniciativas públicas e a realidade política, relativamente a essa temática, no nível municipal, provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, também realizada pelo IBGE. Em conjunto, essas informações complementam a análise empreendida, tendo em vista que a abordagem da deficiência deve incorporar a interação das pessoas com o ambiente social, no qual há muitas barreiras ao bem-estar e ao pleno exercício da cidadania, de forma ampla.

Estas notas técnicas sintetizam os metadados dos indicadores apresentados no informativo e discorrem sobre aspectos gerais das fontes de informação utilizadas na elaboração do estudo, bem como sobre tópicos relacionados à precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem, seguindo-lhe, ao final, um glossário com as conceituações consideradas essenciais para a compreensão dos resultados.

Fontes de informação utilizadas

Para a elaboração do presente estudo, foram utilizadas como fontes de informação, além de pesquisas do IBGE, dados de outros órgãos públicos.

Pesquisas do IBGE

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS¹

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2019 constitui a principal fonte de informação utilizada para construir estatísticas sobre as pessoas com deficiência neste estudo. Para definir deficiência, aplicou-se uma bateria de perguntas, em consonância com as orientações internacionais referendadas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics - WG)².

De forma a detalhar as condições de vida das pessoas com e sem deficiência, segundo os tipos de deficiência, foi utilizada uma série de outras informações relacionadas a aspectos sociodemográficos da população e condições de saúde coletadas na pesquisa. O Quadro 1 detalha como foram construídos os tipos de deficiência, a partir de respostas a perguntas sobre dificuldades.

.....
¹ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=o-que-e>.

² O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência foi formado em 2001, por iniciativa das Nações Unidas, com o propósito de orientar a coleta de estatísticas confiáveis e úteis sobre deficiência. Dele participam representantes de órgãos oficiais de estatística, inclusive o IBGE, organismos internacionais, associações e Academia. As perguntas formuladas em 2006 foram aplicadas em mais de 70 países na rodada de censos dos anos 2010.

Quadro 1 - Perguntas sobre a existência de dificuldades e opções de resposta para captação dos tipos de deficiência

Existência de dificuldades e perguntas correspondentes	Opções de resposta
<p>Visual ___tem dificuldade permanente de enxergar mesmo usando óculos, lentes de contato ou lupas?</p> <p>Auditiva ___tem dificuldade permanente de ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade) Ou ___tem dificuldade permanente de ouvir sons como vozes ou música, mesmo usando aparelhos auditivos? (Para moradores com 2 a 4 anos ou mais de idade)</p> <p>Física (membros inferiores) ___tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus, mesmo usando prótese, bengala ou outro aparelho de auxílio? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade) Ou Comparado com crianças da mesma idade, ___tem dificuldade permanente para caminhar, mesmo usando prótese, bengala ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade).</p> <p>Física (membros superiores) ___tem dificuldade permanente para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade) Ou ___tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, como botões e lápis, ou abrir e fechar recipientes ou garrafas, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Somente para moradores com 5 anos ou mais de idade) Ou Comparado com crianças da mesma idade, ___tem dificuldade permanente para pegar objetos pequenos, mesmo usando prótese ou aparelho de auxílio? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade)</p> <p>Mental Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, ___tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como se comunicar, realizar cuidados pessoais, trabalhar, ir à escola, brincar etc.? (Para moradores com 5 anos ou mais de idade) Ou Por causa de alguma limitação nas funções mentais ou intelectuais, ___tem dificuldade permanente para realizar atividades habituais, como frequentar a escola, brincar etc.? (Para moradores com 2 a 4 anos de idade)</p>	<p>1. Não, nenhuma dificuldade;</p> <p>2. Sim, alguma dificuldade;</p> <p>3. Sim, muita dificuldade;</p> <p>4. Sim, não consegue de modo algum.</p>

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Nota: São consideradas com deficiência as pessoas que escolheram as opções **3 (Sim, muita dificuldade)** ou **4 (Sim, não consegue de modo algum)**.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC³

Desde 1999, o IBGE realiza a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, que constitui um levantamento anual pormenorizado de registros administrativos sobre a estrutura, a

.....
³ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Cabe destacar que, desde 2012, o IBGE leva a campo, também, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, que, a exemplo da MUNIC no nível municipal, constitui um levantamento pormenorizado de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do Estado, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas setoriais sob responsabilidade dessa esfera governamental em todas as Unidades da Federação. Os microdados de ambas as pesquisas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet.

dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes aspectos das políticas públicas setoriais sob responsabilidade dessa esfera governamental em todos os Municípios brasileiros⁴.

Há informações relacionadas à deficiência em diversos blocos dos questionários aplicados nas várias edições da MUNIC, como os dedicados a Direitos humanos, Educação, Transporte e Comunicação e informática.

Para dar conta das diferentes possibilidades de atendimento às pessoas com deficiência e destacar as desigualdades de acesso em suas múltiplas dimensões, efetuou-se um esforço de cruzamento das informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais coletadas nas edições da MUNIC 2018 (Educação), 2019 (Direitos Humanos e Comunicação e informática) e 2020 (Transporte) com as informações socioeconômicas sobre as pessoas com deficiência obtidas na PNS 2019. Com isso, objetivou-se não só segmentar a população residente em Municípios com presença ou ausência de políticas direcionadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como também identificar a existência de instâncias de participação social e de pessoal qualificado para atendimento às pessoas nessa condição na sede do governo municipal.

A MUNIC é uma pesquisa censitária que abrange os 5 570 Municípios do País, enquanto a PNS é uma pesquisa amostral, representativa da população brasileira residente em domicílios particulares, com realização de entrevistas em mais de 2 mil Municípios, o que permitiu construir estimativas no nível das Unidades da Federação e das Grandes Regiões. Para o fim dos cruzamentos assim propostos, dados municipais coletados em 2018 e 2020 pela MUNIC foram considerados com as mesmas características em 2019, ano de coleta da PNS.

Dados de outros órgãos públicos

.....
⁴ Dois Distritos brasileiros são tratados na pesquisa como Municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a Capital Federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco.

Censo Escolar

Foram utilizados dados do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, relacionados à adequação de escolas, os quais também estão publicados no portal de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS⁵.

Na comparação histórica dos dados, cabe destacar que a investigação sobre a infraestrutura das escolas sofreu modificações metodológicas, o que limita a comparação temporal. De 2007 a 2018, o Censo Escolar considerou infraestrutura adaptada para alunos com deficiência como sendo a escola com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2019, considerou-se como tendo infraestrutura adaptada para alunos portadores de deficiência a escola que declarou possuir algum dos recursos de acessibilidade para pessoas nas vias de circulação internas: corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual.

Repositório de Dados Eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral - TSE publica, regularmente, estatísticas relacionadas aos resultados das eleições. Para conhecer o perfil dos(as) candidatos(as) às Câmaras de Vereadores em 2020, com vistas ao presente estudo, foram efetuadas consultas no sistema Estatísticas Eleitorais⁶ e tabulações a partir dos microdados disponibilizados no Portal de Dados Abertos do TSE⁷, bem como solicitadas tabulações especiais diretamente a essa instância.

Cabe destacar que a definição de deficiência utilizada nos registros do TSE difere da adotada na PNS, e as opções disponíveis nas estatísticas eleitorais relacionadas às eleições de 2020 contemplaram as seguintes: auditiva, autismo, física, visual, outros.

.....
⁵ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço:
<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=4>.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre o sistema, consultar o endereço:
<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=9796325812499>.

⁷ Para informações mais detalhadas sobre o portal, consultar o endereço:
<https://dadosabertos.tse.jus.br/>.

Os recortes sociodemográficos disponíveis nessa fonte de informação e utilizados no presente estudo foram sexo (masculino e feminino) e grau de instrução (analfabeto/lê e escreve, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo).

OTSE também dispõe de informações sobre o eleitorado que incluem recortes por deficiência, contudo esses dados não foram incorporados no presente estudo por preocupações relacionadas à sua atualização e à não resposta.

Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem

O IBGE realiza um amplo conjunto de pesquisas por amostragem probabilística, tanto na dimensão sociodemográfica, investigando unidades domiciliares e seus moradores, como na dimensão econômica, cujas unidades de investigação são as empresas das áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços.

As conclusões de uma pesquisa por amostragem devem ser apoiadas nas estimativas produzidas, as quais, por sua vez, são calculadas considerando-se os pesos amostrais associados às unidades da amostra, de acordo com o plano amostral definido e com os estimadores usados. Essas estimativas têm uma variabilidade que é inerente ao processo de amostragem. Assim, a avaliação dos chamados erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam as tomadas de decisão. Para cada estimativa derivada de uma pesquisa por amostragem, é possível obter uma medida de precisão que auxilia a análise e a interpretação dos dados.

Os erros amostrais podem ser avaliados por meio dos erros-padrão e dos coeficientes de variação das estimativas dos parâmetros de interesse, as quais são calculadas levando-se em consideração o esquema de amostragem utilizado em cada pesquisa em particular.

Todas as pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE passam por um processo de avaliação da precisão de suas estimativas. Isso significa que são calculadas as medidas de precisão associadas às estimativas do plano tabular de divulgação dos resultados, sendo que, em algumas pesquisas, esse cálculo é feito para todas as estimativas do plano de divulgação.

No caso do presente estudo com indicadores sobre as pessoas com deficiência, fundamentado, principalmente, na PNS 2019, foi calculado o coeficiente de variação associado a cada uma das estimativas. Os valores dos coeficientes serviram de subsídio para a definição dos recortes geográficos e sociodemográficos com suficiente grau de confiabilidade estatística e estão apresentados nas

tabelas integrantes do plano tabular publicado no portal do IBGE na Internet. Como regra, buscou-se produzir tabelas com ausência ou pequeno número de células com coeficientes de variação superiores a 30%.

Referências

BOTELHO, L.; PORCIÚNCULA, K. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência: ontem, hoje e amanhã. *In*: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 114-167. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 6). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

DISABILITY and American families 2000. Washington, DC: U. S. Census Bureau, July 2005. 20 p. Disponível em: <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2005/dec/censr-23.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 38). Informativo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2022.

FERREIRA NETTO, L. R. Capacitismo. *In*: INFOESCOLA: navegando e aprendendo. Florianópolis: InfoEscola Serviços em Informática, [2022?]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/capacitismo/>. Acesso em: ago. 2022.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros: cultura 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19879-suplementos-munic2.html?edicao=17010&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2022.

PESQUISA Nacional de Saúde 2019: ciclos de vida: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 132 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa->

nacional-de-saude.html?edicao=31438&t=publicacoes. Acesso em: ago. 2022.

PESSOAS com deficiência. *In*: ESTATÍSTICAS de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 77-86. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 33). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: ago. 2022.

PICCOLO, G. M.; MENDES, E. G. Pessoas com deficiência e participação eleitoral: uma relação para além do direito ao voto. *In*: SCIELO. *SciELO Preprints*. São Paulo: Scientific Electronic Library Online, 2021. Preprint submetido em 17 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3169>. Acesso em: ago. 2022.

SILVA, R. S. da; PASCOTINI, F. dos S.; FEDOSSE, E. Perfil sociodemográfico e clínico de pessoas com deficiência intelectual em um município de pequeno porte. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista: CDRR Editors, v. 10, n. 1, e271110111674, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11674/10504>. Acesso em: ago. 2022.

SOARES JUNIOR, J.; COVRE-SUSSAI, M. Discriminação salarial de trabalhadores deficientes no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2018. 16 p. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/issue/view/42/showToc>. Acesso em: ago. 2022.

Glossário

acesso domiciliar à Internet (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Condição do domicílio onde ao menos um dos moradores tem acesso à Internet no próprio domicílio, por qualquer equipamento.

adensamento domiciliar excessivo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Categoria em que se classifica o domicílio particular permanente que tem um número médio superior a três moradores por cômodo utilizado como dormitório.

atividade (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha ou a natureza da atividade exercida pela pessoa que trabalha por conta própria.

banheiro (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Cômodo destinado ao banho, com chuveiro ou banheira, e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

benefícios de programas sociais (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Benefícios de programas de transferência monetária de renda que incluem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada - BPC, e outros programas sociais governamentais.

capacitismo Discriminação da pessoa que, em decorrência da condição de deficiência, é considerada incapaz.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação da população em ordem crescente da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho, entre outros). Como exemplo, tem-se a divisão em 15 classes ou grupos percentuais previamente definidos, tais como: até 5%, de 5% até 10%, mais de 90% até 95%, cada um dos quais contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, contendo, cada, 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto de renda possui os 20% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último quinto possui os 20% de unidades com os maiores rendimentos. Um outro exemplo é a divisão em décimos de renda, na qual se obtêm 10 grupos, cada um dos quais

com 10% das unidades desejadas. Nesse caso, o primeiro décimo de renda possui os 10% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último décimo possui os 10% de unidades com os maiores rendimentos. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

coeficiente de variação Razão entre o desvio padrão de uma estatística e o seu valor esperado. Em amostragem, uma estimativa é mais precisa quanto mais próximo de zero for o seu coeficiente de variação.

coleta direta do lixo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Quando o lixo do domicílio é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, público ou privado, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio.

coleta indireta de lixo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Quando o lixo do domicílio é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, público ou privado, que posteriormente o recolhe.

conta própria (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar.

cor ou raça (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Característica declarada pela pessoa com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

data de referência (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação das características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2019, foi o dia 27 de julho de 2019.

divisão em percentis de renda Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

doença crônica (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Doença que apresenta progressão lenta e de longa duração, com eventuais momentos de agudização, piora ou melhora sensível. As doenças crônicas são potencial causa de invalidez precoce e podem ser transmissíveis ou não. Para efeito da presente edição da pesquisa, foram investigadas condições crônicas não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares, o câncer, o diabetes, as doenças respiratórias crônicas, entre outras.

domicílio (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., e coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem das outras pessoas da comunidade e se protejam das condições climáticas e do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas, ou seja, o local de habitação tem acesso direto para a via pública ou para terreno, galeria, corredor, passagem, saguão etc., público ou comunitário. O domicílio classifica-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie, em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Domicílio particular localizado em edificação que não possui dependências destinadas exclusivamente à moradia, assim como em local inadequado para habitação ou em estrutura móvel, que está ocupado por moradores, como: estabelecimento comercial, paiol, cocheira, abrigo contra a chuva, banca de jornal, quiosque, tenda, barraca, gruta, prédio em construção, embarcação, *trailer*, ou outro veículo.

domicílio particular permanente (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo, independentemente do material utilizado em sua construção, destinado a servir de moradia.

empregado (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório, ou é clérigo (sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira, ou

outro clérigo). A categoria dos empregados inclui o subgrupo trabalhador doméstico.

empregador (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

erro amostral Diferença entre a estimativa amostral e o valor verdadeiro (populacional) do parâmetro estimado. O erro amostral pode ser expresso por meio do coeficiente de variação: quanto menor o coeficiente de variação, menor o erro amostral.

esgotamento sanitário (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação do tipo de escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios em: rede geral de esgoto ou pluvial - quando a canalização de esgoto do banheiro ou sanitário está ligada diretamente a uma rede coletora, que o conduz para um desaguadouro geral da área, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica ligada à rede - quando o esgoto do banheiro está ligado a um ou mais tanques de concreto, plástico, fibra de vidro ou outro material impermeável, como, por exemplo, pneu usado, em geral dividido em duas ou três câmaras, onde o esgoto passa por um processo de tratamento (decantação, decomposição ou filtração), sendo a parte líquida canalizada para a rede geral de esgoto; fossa séptica não ligada à rede - quando o esgoto do banheiro está ligado a um ou mais tanques de concreto, plástico, fibra de vidro ou outro material impermeável, como, por exemplo, pneu usado, em geral dividido em duas ou três câmaras, onde o esgoto passa por um processo de tratamento (decantação, decomposição ou filtração), sendo a parte líquida absorvida pelo próprio terreno ou lançada no terreno para ser absorvida por plantas diversas, como bananeira, por exemplo; fossa rudimentar - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.); vala - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados diretamente para uma vala a céu aberto; rio, lago, córrego ou mar - quando os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, são esgotados diretamente para um rio, lago ou mar; ou outra - quando o escoadouro dos dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário, não se enquadra em nenhuma das categorias descritas anteriormente, caso em que deve ser especificada a forma do escoadouro.

estimador Função das observações da amostra usada para estimar um parâmetro da população.

estimativa Resultado da aplicação de um estimador aos valores observados em uma amostra de uma variável de interesse.

estudante *Ver em* frequência à escola ou creche

frequência à escola ou creche (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Frequência a creche ou instituição de ensino em curso de pré-escola; alfabetização de jovens e adultos (AJA); ensino regular fundamental ou ensino médio, inclusive de educação especial; ensino médio normal; curso técnico de nível médio na modalidade integrada; curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio (EJA); superior de graduação; especialização de nível superior; mestrado; ou doutorado. Considera-se, também, como frequentando escola a pessoa que estava temporariamente impedida de comparecer às aulas por motivo de doença, greve, más condições do tempo ou outra razão. Além de curso presencial, considera-se que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de educação a distância (EAD), ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação para esse tipo de ensino.

horas habitualmente trabalhadas por semana (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Horas que a pessoa tem o hábito ou costuma dedicar ao trabalho por semana, independentemente de a pessoa ter trabalhado ou não na semana de referência. As horas habitualmente trabalhadas referem-se a um período típico de trabalho e não devem ser confundidas com as horas contratuais, as quais podem não retratar a situação típica do trabalho. Para o trabalho em que as horas trabalhadas pela pessoa não variam em função de determinados períodos do ano, as horas habitualmente trabalhadas retratam uma semana típica, ou seja, em que não há situações excepcionais que alterem a duração rotineira do trabalho (doença, férias, feriado, horas extraordinárias, redução de horário etc.). Para o trabalho em que as horas trabalhadas pela pessoa são nitidamente diferenciadas em função do período do ano, como é o caso das atividades sazonais, havendo mais de uma duração habitual do trabalho em função do período do ano, as horas habitualmente trabalhadas retratam uma semana típica do período em que se insere a semana de referência.

horas trabalhadas (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Horas que a pessoa: trabalha no local de trabalho; trabalha fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação; permanece no local de trabalho à disposição para realizar as suas tarefas, podendo não conseguir clientes ou fregueses; permanece no local de trabalho, esperando, sem poder realizar as suas tarefas, devido a avaria de máquinas, acidentes, falta de material ou designação de tarefas;

dedica à preparação, conservação, limpeza e consertos dos instrumentos de trabalho; faz a preparação necessária para iniciar as suas tarefas ou elabora controles, cronogramas, relatórios e formulários referentes ao trabalho, inclusive os decorrentes de obrigações legais; ou gasta em pequenos períodos de repouso no local de trabalho, incluindo as pausas para tomar água, café ou chá etc. As horas trabalhadas não incluem o tempo gasto nas viagens da residência para o trabalho e as pausas para as refeições.

idade (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

intervalo de confiança Forma de apresentar a precisão de uma estimativa. É construído a partir da variância de uma estimativa e de uma medida do nível de significância. Dizer que um intervalo tem 95% de confiança significa que, se hipoteticamente fossem feitas repetidas seleções de amostras, seguindo um mesmo plano amostral, as estimativas obtidas em cada amostra levariam a intervalos que, em 95% das vezes, incluem o valor verdadeiro do parâmetro estimado. Quanto menor o tamanho do intervalo de confiança, maior a precisão da estimativa.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

mês de referência (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2019, foi o mês de julho de 2019.

morador (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que tem o domicílio particular permanente como local de residência habitual e, na data da entrevista, estava presente ou temporariamente ausente por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

nível de instrução (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação estabelecida em função da série ou ano e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o atualmente em vigor, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio

completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

nível de ocupação (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Percentagem das pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

nível ensino fundamental completo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: a 1ª série do ensino médio regular seriado ou da educação de jovens e adultos do ensino médio seriado; o ensino médio regular não seriado; ou a educação de jovens e adultos do ensino médio não seriado; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: o antigo ginasial (médio 1º ciclo), o 1º grau, o ensino fundamental regular, com duração de 8 anos ou 9 anos; a educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou o supletivo do 1º grau; ou c) não frequenta, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º grau regular, o ensino médio regular, a educação de jovens e adultos do ensino médio ou o supletivo do 2º grau, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série desses cursos; o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo) não seriado, o 2º grau não seriado, o ensino médio regular não seriado, a educação de jovens e adultos do ensino médio não seriado ou o supletivo do 2º grau não seriado, mas não concluiu esses cursos.

nível ensino fundamental incompleto (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: do 2º ao 9º ano do ensino fundamental regular seriado; o 2º segmento do ensino fundamental regular não seriado; ou a educação de jovens e adultos do ensino fundamental; ou b) não frequenta, mas já frequentou: a classe de alfabetização e concluiu esse curso; a alfabetização de jovens e adultos e concluiu esse curso; o antigo primário (elementar); o antigo ginasial (médio 1º ciclo), mas não concluiu esse curso; o 1º grau regular, o ensino fundamental regular de duração de 8 anos, ou a educação de jovens e adultos do ensino fundamental, ou o supletivo do 1º grau e não concluiu esses cursos; o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos o 1º ano e, no máximo, o 8º ano desse curso; o ensino fundamental regular não seriado de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, o 1º segmento desse curso; ou o ensino fundamental regular não seriado de duração de 9 anos e não concluiu, com aprovação, o 2º segmento desse curso.

nível ensino médio completo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: o 1º ano ou o 1º ou o 2º semestre de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo), o 2º grau, o ensino médio regular

ou a educação de jovens e adultos do ensino médio ou o supletivo do 2º grau e concluiu, com aprovação, esses cursos; ou curso superior de graduação, mas não concluiu o 1º ano ou o 2º semestre desse curso.

nível ensino médio incompleto (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 4ª série do ensino médio regular seriado, ou da 2ª a 3ª série da educação de jovens e adultos do ensino médio; ou b) não frequenta, mas já frequentou: o antigo científico, clássico ou normal (médio 2º ciclo) seriado, o 2º grau ou o ensino médio regular seriado, a educação de jovens e adultos do ensino médio seriado ou o supletivo do 2º grau seriado e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu esses cursos.

nível sem instrução (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: a creche; a pré-escola; a alfabetização de jovens e adultos; o 1º ano do ensino fundamental regular seriado; o 1º segmento do ensino fundamental regular não seriado; ou c) não frequenta, mas já frequentou: a creche; a pré-escola; a classe de alfabetização, mas não concluiu o curso; a alfabetização de jovens e adultos, mas não concluiu o curso; o ensino fundamental regular seriado de duração de 9 anos e não concluiu o 1º ano desse curso; ou o ensino fundamental regular de 9 anos não seriado e não concluiu o 1º segmento desse curso.

nível superior completo (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: especialização de nível superior, mestrado ou doutorado; ou curso superior de graduação e já concluiu, com aprovação, outro curso superior de graduação; b) não frequenta, mas já frequentou: especialização de nível superior, mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior incompleto (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Para a pessoa que: a) frequenta: do 2º ao 6º ano de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou do 3º ao 12º semestre de curso superior de graduação e não concluiu outro curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos o 1º ano ou o 2º semestre, mas não concluiu o curso.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Conjunto de objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 2015, para compor uma agenda mundial com vistas à construção e à implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Essa iniciativa, também conhecida como Agenda 2030, contempla um plano de ação internacional para o alcance de 17

objetivos, desdobrados em 169 metas, os quais abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz. Os 17 ODS envolvem as seguintes temáticas: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia acessível e limpa; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação.

ocupação (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

ocupação formal (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação da pessoa em: empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, funcionário público estatutário, militar, trabalhador por conta própria, ou empregador que contribui para a previdência social.

ocupação informal (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação da pessoa em: empregado ou trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador que não contribui para a previdência social, ou trabalhador familiar auxiliar.

ODS Ver Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

paridade de poder de compra Medida utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas, como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral, varia em decorrência de mudanças nos índices de preços, da volatilidade do mercado de capitais e da especulação. O fator de conversão de paridade de poder de compra (PPC) é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos.

período de referência de 30 dias (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse

período é utilizado na captação de informações sobre a procura efetiva de trabalho.

período de referência dos últimos três meses (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Últimos 90 dias anteriores à data da entrevista.

período de referência dos últimos 12 meses Período correspondente aos últimos 12 meses anteriores à data da entrevista, para efeito da presente publicação.

peso amostral Peso dado pelo inverso da probabilidade de inclusão de uma unidade da população em uma amostra. Intuitivamente, o peso amostral é o número de unidades populacionais representadas por uma unidade da amostra.

pesquisa por amostragem probabilística Pesquisa que utiliza uma amostra probabilística, ou seja, um método de seleção de amostras em que são atribuídas probabilidades diferentes de zero para todas as unidades da população a ser amostrada. As unidades da amostra são conhecidas antes da coleta dos dados. As probabilidades atribuídas a cada unidade populacional podem ser iguais ou não.

pessoa desocupada (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomou alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estava disponível para assumi-lo na semana de referência. Considera-se, também, como desocupada a pessoa sem trabalho na semana de referência que não tomou providência efetiva para consegui-lo no período de 30 dias porque já havia conseguido trabalho que iria começar após a semana de referência.

pessoa em idade de trabalhar (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

pessoa fora da força de trabalho (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que não é classificada como ocupada nem como desocupada na semana de referência da pesquisa, mas encontra-se em idade de trabalhar.

pessoa na força de trabalho (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa classificada como ocupada ou desocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa não ocupada (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa classificada como desocupada ou fora da força de trabalho na semana de referência da pesquisa.

pessoa ocupada (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que, na semana de referência, trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho

remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, a que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana. Considera-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também é considerada ocupada a pessoa afastada por motivo diferente dos citados anteriormente, desde que o período transcorrido do afastamento seja inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.

plano amostral Plano que descreve todo o processo de seleção da amostra. Deve indicar a população a ser amostrada; o cadastro ou marco de referência onde serão identificadas e selecionadas as unidades amostrais; o número de unidades que deverão ser selecionadas; e o método de seleção.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

população residente (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em:

empregado, conta própria, empregador, ou trabalhador familiar auxiliar.

posse de automóvel (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Existência de automóvel (inclusive do tipo utilitário que serve para transporte de pequenas cargas e pessoas), de propriedade de um dos moradores, para passeio ou locomoção, trabalho, ou estudo de um ou mais membros do domicílio, no domicílio particular permanente.

posse de geladeira (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Existência de geladeira, de uma ou duas portas, no domicílio particular permanente.

posse de máquina de lavar roupa (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

posse de telefone (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Existência de telefone, fixo ou celular, no domicílio particular permanente.

PPC *Ver* paridade de poder de compra

precisão da estimativa Indicador da confiança que se pode ter na estimativa, ou quão próximo do valor verdadeiro está o valor estimado. A precisão da estimativa pode ser dada pela variância, pelo erro-padrão, pelo coeficiente de variação, ou pelo intervalo de confiança.

quintos de renda *Ver* classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

quintos populacionais de rendimento (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação da população em cinco classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento. *Ver também* classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento.

rendimento do trabalho do empregado (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro, produtos ou mercadorias, e, no caso do trabalhador doméstico, rendimento bruto do trabalho recebido em dinheiro. Não é computado o valor da remuneração recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales-alimentação, refeição ou transporte etc.) que não são ganhos ou reembolsados em dinheiro.

rendimento do trabalho do empregador e conta própria (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Retirada do trabalho em dinheiro, produtos ou mercadorias.

rendimento do trabalho principal *(Pesquisa Nacional de Saúde)*

Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Esse mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento-hora do trabalho principal *(Pesquisa Nacional de Saúde)*

Média do rendimento do trabalho principal dividida pela média do número de horas trabalhadas.

rendimento mensal domiciliar per capita *(Pesquisa Nacional de Saúde)*

Relação entre o rendimento mensal domiciliar e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho *(Pesquisa Nacional de Saúde)*

Rendimento do trabalho que a pessoa habitualmente ganha em um mês completo no trabalho. Para o empregado, o rendimento bruto mensal habitualmente recebido exclui todas as parcelas que não tenham caráter contínuo (bonificação anual, hora extra, participação anual nos lucros, 13º salário, 14º salário, adiantamento de parcela do 13º salário, salário atrasado etc.) e não considera os descontos ocasionais (faltas, parcela do 13º salário antecipado, prejuízo eventual causado ao empreendimento etc.). Para o empregador e o conta própria, a retirada bruta mensal habitualmente feita em dinheiro excluiu os ganhos extras (bonificação anual, distribuição anual de lucros etc.) e não considera as perdas ocasionais (prejuízo eventual do empreendimento etc.). Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, o rendimento bruto mensal habitualmente recebido como benefício exclui todas as parcelas que não tenham caráter contínuo (13º salário, 14º salário, adiantamento de parcela do 13º salário, benefício atrasado etc.) e não considera os descontos

ocasionais (13º salário antecipado etc.). No caso de remuneração em dinheiro que é fixa, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente referente ao mês em que se insere a semana de referência da pesquisa. No caso de remuneração em dinheiro que é variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha, em média, referente ao mês em que se insere a semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente no período sazonal em que se insere a semana de referência. No caso da remuneração em produtos ou mercadorias, considera-se o valor mensal, computado em dinheiro (valor de mercado), que a pessoa ganha habitualmente, referente ao mês em que se insere a semana de referência. No caso da remuneração em produtos ou mercadorias de produção sazonal, é o valor médio mensal, real ou estimado (valor de mercado) que a pessoa ganha habitualmente, calculado, considerando-se o tempo dedicado à produção que gera o rendimento e excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo. No caso de benefício de instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal que a pessoa ganha habitualmente como benefício em dinheiro (auxílio-doença; auxílio por acidente de trabalho etc.), referente ao mês em que se insere a semana de referência.

rendimento real (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Rendimento deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE.

retirada em dinheiro (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Retirada bruta do trabalho do empregador e do conta própria em um valor em dinheiro fixo ou como um percentual dos lucros do empreendimento, sem excluir qualquer pagamento pessoal efetuado por meio administrativo (contribuição para instituto de previdência, imposto de renda, pensão alimentícia, previdência privada, seguro, plano de saúde etc.), ou, quando o empreendimento não é organizado de forma a que tenha um rendimento registrado, valor da diferença entre as receitas e as despesas (pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, equipamentos e outros investimentos etc.) do empreendimento.

retirada em produtos ou mercadorias (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Retirada do trabalho do empregador e do conta própria em produtos ou mercadorias, do grupamento de atividade que compreende a agricultura, pecuária, caça, silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura, computada em dinheiro pela diferença entre o valor dos produtos e mercadorias destinados ao mercado e as despesas

necessárias para a sua produção, excluindo-se a parcela destinada ao próprio consumo da unidade domiciliar.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa.

semana de referência (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Semana fixada para a investigação das características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2019, foi a semana de 21 a 27 de julho de 2019.

Sistema Único de Saúde Sistema criado pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e regulamentado pela Lei n. 8.080, de 19.09.1990, com a finalidade de garantir assistência à saúde a todo cidadão brasileiro. Integram o Sistema os estabelecimentos públicos (federais, estaduais e municipais) e os estabelecimentos privados, com fins lucrativos ou beneficentes, contratados para a prestação desse atendimento à população.

SUS *Ver* Sistema Único de Saúde

taxa de frequência escolar líquida ajustada (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Percentagem de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária, ou já haviam concluído esse nível, de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa de participação na força de trabalho (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Percentagem de pessoas na força de trabalho em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar.

taxa de sucesso eleitoral (*Tribunal Superior Eleitoral - TSE*) Razão entre o número de pessoas eleitas, em determinado recorte, e o número de candidatos(as).

trabalhador doméstico (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador familiar auxiliar (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que reside em outra unidade domiciliar.

trabalho (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Exercício de: a) trabalho em ocupação - trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na

produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) trabalho nos afazeres domésticos.

trabalho principal (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalha normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporciona normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tem mais tempo de permanência.

uso do banheiro (*Pesquisa Nacional de Saúde*) Classificação do uso do banheiro do domicílio particular permanente em: só do domicílio - quando o banheiro é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio - quando o banheiro é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

variância Medida de homogeneidade de uma variável na população. Quanto mais homogêneas (parecidas) são as unidades da população em relação a uma determinada característica ou variável de interesse, menor é a variância. Matematicamente, a variância pode ser calculada pela média dos quadrados dos desvios dos valores da variável em relação ao valor médio dessa variável na população.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência de Indicadores Sociais

João Hallak Neto

Betina Fresneda

Bruno Mandelli Perez

Clician do Couto Oliveira

Leonardo Queiroz Athias

Luanda Chaves Botelho

Gerência de Estatística e Tecnologia

Paulo César Dick

Isabel Luzia Nori Santos

José Eduardo de Oliveira Trindade

Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios

Adriana Araújo Beringuy

Gerência de Pesquisas Domiciliares

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maíra Bonna Lenzi

Gerência de Estudos, Métodos e Controles

Luna Hidalgo Carneiro

Raphael Fernandes Soares Alves

Gerência de Pesquisa de Orçamentos Familiares

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Colaboradores

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Fernanda Jardim

Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Padronização de glossários e elaboração de resumos indicativos

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento do Informativo

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques